

POLÍTICA ECONÔMICA

Governo começa operação para tapar rombo

Para tentar evitar um rombo equivalente a US\$ 4 bilhões, os ministros econômicos tentarão recolher mais impostos e gastar menos

André Dusek/AE—1/10/92

RIBAMAR OLIVEIRA e
ARMANDO MENDES

BRASÍLIA

— A equipe econômica do presidente Itamar Franco chegou ao final de sua primeira semana de trabalho dando mostras de que usará muito diálogo e muito corte para evitar a virtual falência do Estado. O déficit potencial herdado do governo Collor chega a Cr\$ 27 trilhões, cerca de US\$ 4 bilhões pelo câmbio comercial, e ameaça o pagamento do 13º salário dos funcionários públicos, das empresas estatais e dos aposentados da Previdência Social.

Paulo Haddad, ministro do Planejamento, e Gustavo Krause, ministro da Economia e Fazenda, vão tentar tapar o rombo cortando despesas e aumentando receitas. A fórmula clássica, se posterga a retomada do crescimento, serve ao propósito de inibir expectativas de alta da inflação.



Recebidos inicialmente com indiferença, curiosidade ou mal disfarçado menosprezo, Haddad e Krause investiram pesado para conquistar corações e mentes, gastando horas intermináveis em conversas, debates, entrevistas e depoimentos. Haddad aproveitou a troca de comando na poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) para desarmar, com seu jeito de mineiro tranquilo, hipotéticos inimigos. Krause, além de divulgar sua declaração de bens, remeteu aos jornais coletânea de artigos e ensaios que produziu, para romper a barreira do desconhecimento.

Tiveram êxito, aparentemente, ajudados pelo capital de credibilidade que o impeachment de Fernando Collor resgatou para parcela das instituições públicas. Empresários, sindicalistas e políticos de várias correntes, do PDS ao PT, acabaram por manifestar apoio tanto ao ajuste fiscal de emergência quanto à proposta de levar à prática um entendi-

mento nacional capaz de acertar de vez a economia.

Nos seus encontros com parlamentares na semana passada, o ministro recolheu uma certeza: o Congresso não aprovará a criação de um novo imposto sem reduzir ou extinguir outros nem aceitará fazer mudanças na Constituição. "Para criar o ITF, é preciso acabar com o Finsocial", advertiu o relator da Comissão Especial do ajuste fiscal, deputado Benito Gama (PFL-BA). "Ajudaremos a evitar a hiperinflação, mas nada de mexer na Constituição", diz José Genoíno (PT-SP).

O dinheiro para fechar as contas deste ano o governo terá de conseguir mesmo com medidas de emergência e com o combate aos sonegadores. A reforma tributária estrutural ficará mesmo para a revisão constitucional de 1993, quando o governo pretende rediscutir não apenas a divisão do bolo tributário entre União, Estados e municípios, mas principalmente a distribuição dos encargos de governo.



Paulo Haddad

Propostas conseguiram o apoio do PDS ao PT